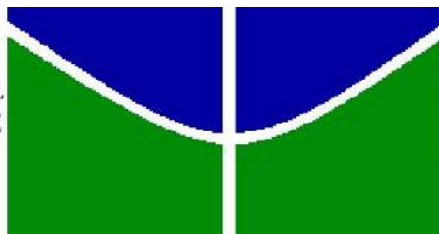




CNRS
CENTRE NATIONAL
DE LA RECHERCHE
SCIENTIFIQUE



Evolução da governança pública/privada na utilização da soja RR no Brasil

Michel FOK, Marcelo Varella, Josemar X. de MEDEIROS

Apresentação

- Dificuldade de falar de um fenômeno já bem conhecido dos produtores
 - Ainda existe possibilidade de conhecer alguma coisa nova?
- Uma tentativa de conceitualização de um processo bem conhecido
 - Através de uma visão de governança
 - Em particular um sistema de governança
 - Para estresse a característica dinâmica da governança
- Uma evolução recente até uma governança privada pouco divulgada ou analisada
 - Cujas evoluções não estão acabadas
- Indicar as particularidades por meio de observações recentes em outros países

Governança : que é?

- Geralmente sem definição clara
 - Refere-se a governo duma nação, duma empresa
- propõe uma noção dinâmica da governança
 - Refere-se à um sistema social
 - Com atores
 - E regras de interação entre atores para objetivos específicos
 - As regras podem evolver, em particular com a entrada ou saída de atores que podem ter objetivos diferentes
- Então, melhor de falar de sistema de governança

Particularidades da governança no Brasil

- Um papel importante e central do poder judicial
- Uma evolução do sistema de governança com varias etapas
 - Impulsão da sociedade civil
 - Um poder publico a frente de falta de coerência
 - Um poder judicial que mudou de posição
 - Um poder executivo que consegue a impor sua visão
 - Uma evolução das regras publicas
 - Uma imposição de regras privadas sem resistência

Dependência da evolução da governança do contexto local

- Um aspecto raramente evocado nas análises do caso brasileiro
- Um quadro jurídico em relação com acordos internacionais
- Um país federal
 - com três níveis de poderes executivos e legislativos
- Um sector dinâmico de criação de variedades
 - que sofria da concorrência das sementes próprias

Quadro jurídico

- 1981, lei de política nacional do ambiente (lei 6938/81)
 - Artigo 10: importância de Estudo de Impactos Ambientais (EIA) antes comercialização de OGM
- 1986, resolução 01/86 do Conselho Nacional do Ambiente
 - Confirmação que precisa-se EIA
- 1988, Constituição
 - Artigo 225: os poderes públicos tem o dizer de conduzir EIA e fazer grande publicidade

Quadro jurídico

- Direito de informação
 - Reconhecido pela Código de defesa dos consumidores (lei 8078/90)
 - Decreto 4680/2003 : obrigação de informação pelo rotulagem sobre a natura GM dos produtos
- Lei 8974/95, ou lei de biossegurança, com princípios de
 - Precaução (segundo a Convenção de Rio)
 - Direito à um ambiente equilibrado
 - Informação
 - Incitação ao desenvolvimento científico et de pesquisa
 - Livre escolha do consumidor
 - Livre iniciativa e de livre concorrência

Quadro jurídico

- Decreto 1752-95 da lei 8974/95
 - Indicação de determinar impactos ambientais através EIA
 - Artigo 2, a agencia de biossegurança tem o poder discricionário de decidir si tal OGM precisa de EIA antes da sua liberação
- 1997, criação da CTNBio
 - Precisa de EIA para atividades poluentes
 - Sem dizer se o uso de OGM faz parte destes atividades !

Particularidades duma nação federal

- Três níveis de decisão
 - União, Estado (Distrito Federal), Municipalidade
- 3 níveis de poder legislativo enquanto ao assunto ambiental
 - União, Distrito Federal, Estado
- 3 níveis de poder executivo
 - União, Estado (Distrito Federal), municipalidades
- Poder executivo da União
 - Através Medidas Provisórias, para antecipar o cambio de leis,
 - Então, podem ser em oposição à leis existentes

Um sector ativo de criação varietal

- Mais ou menos vinte empresas de dimensão variável
- Estrutura do mercado de variedades de soja em 2002
- Naturas diferentes das empresas
 - Publica
 - Privada nacional
 - Privada internac.
 - Cooperativa...

Empresas	Mercado %
Embrapa	27,98
FMT	19,65
Monsanto	18,70
Coodetec	16,37
Pioneer	2,97
Fepagro	2,27
CTPA	1,64
Bayer	1,37
Outros	9,05

Sector de sementes e direito de sementes salvas

- Adesão do Brasil ao UPOV
 - Adesão Em 1999
 - Sob a convenção de 1978 que preserve o direito dos produtores de utilizar as sementes de sua própria produção
 - Artigo 5 (1) : não precisa de pedir autorização
 - Diferencia com a Convenção 1991
 - Artigo 15 : precisa de pedir (sem garantia de resposta positiva)

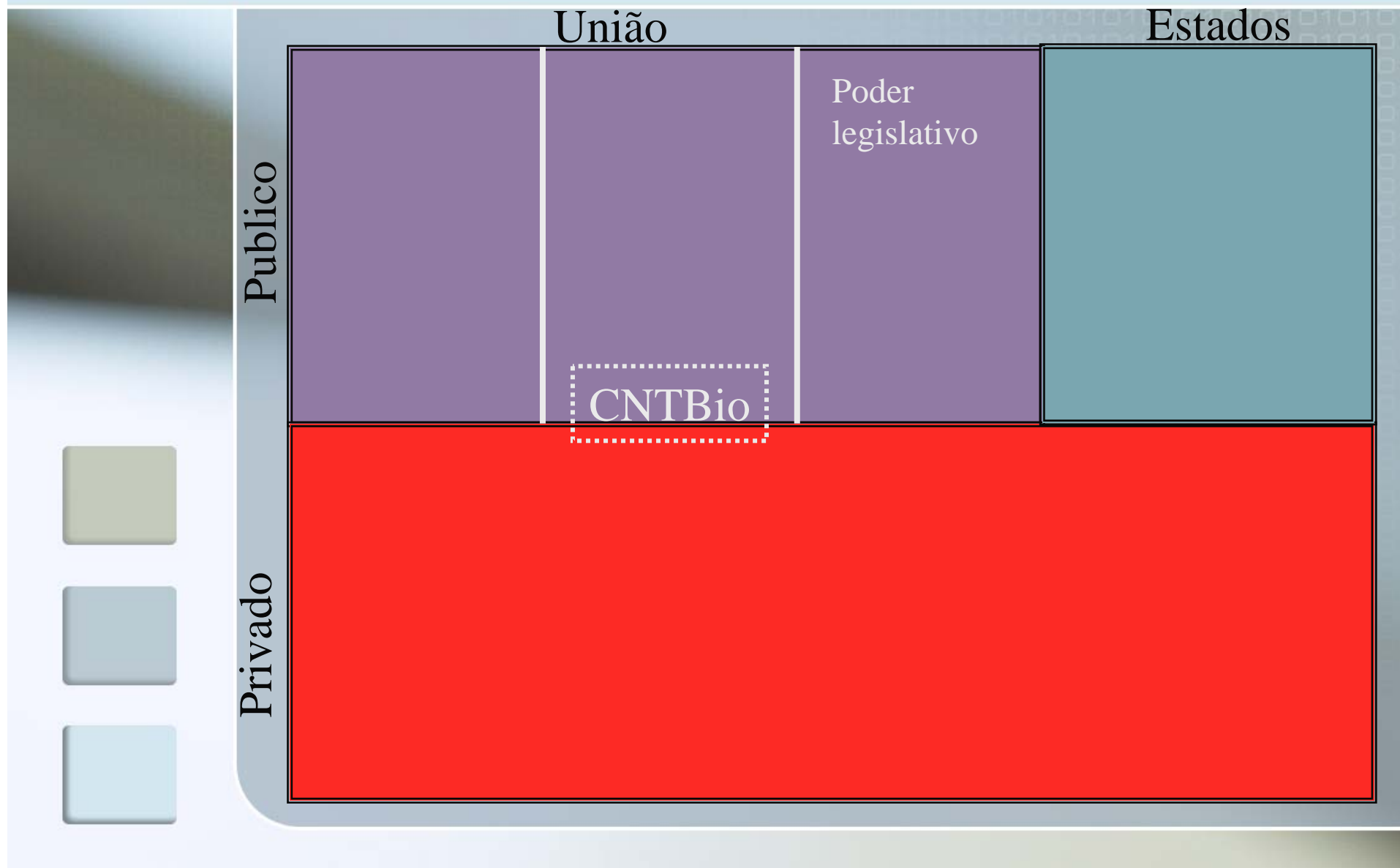
Sector de sementes e direito de sementes salvas

- Direito com potencial
 - de reduzir a demanda para sementes comerciais
- Passagem de sementes salvas a sementes "piratas"
 - com soja GM introduzidas de maneira ilegal de Argentina

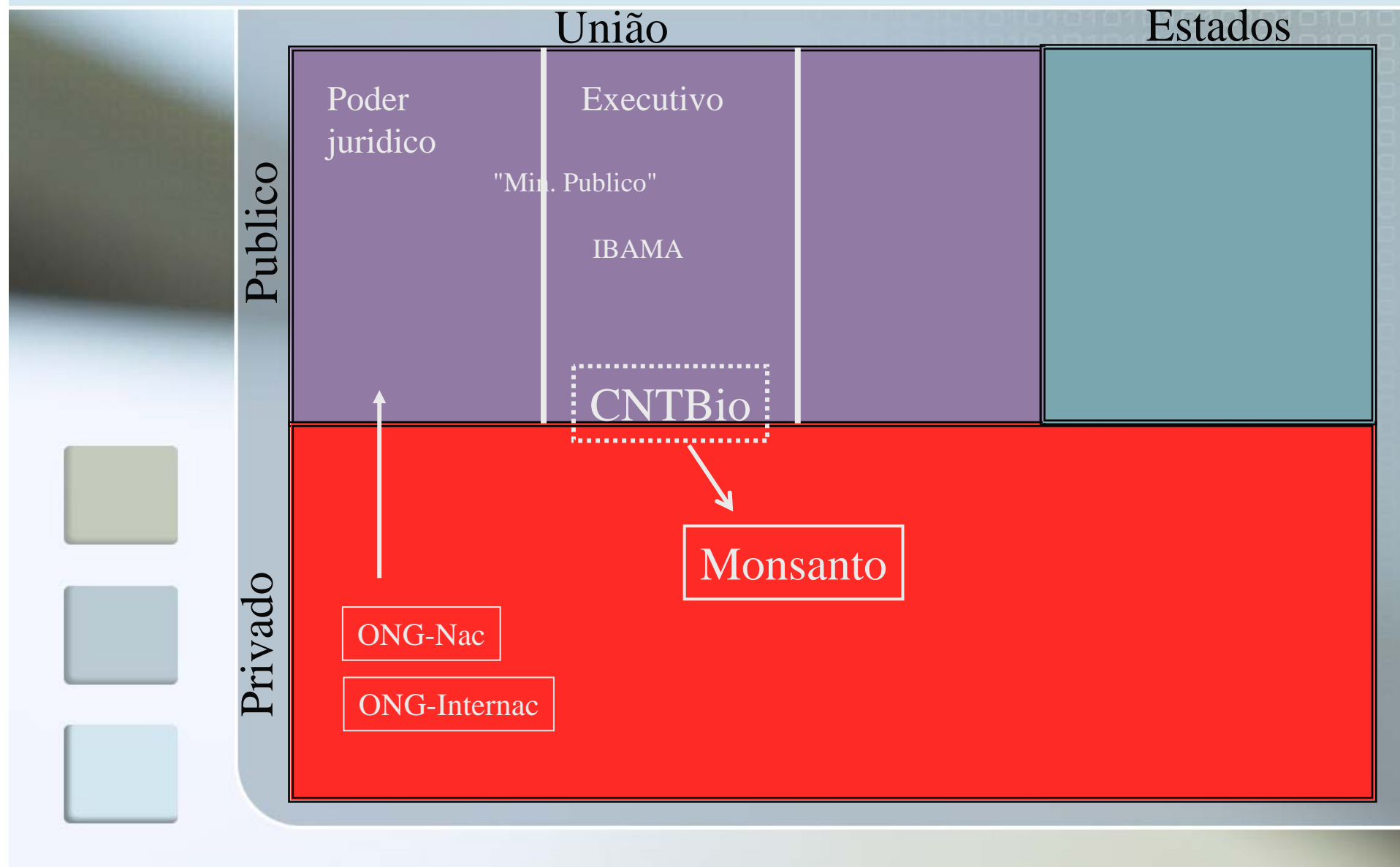
Uma visão da governança

- Uma visão de um sistema que mudou muito
 - Em termos de atores implicados...
 - e de implicações nas regras
- Uma percepção dinâmica do quadro institucional
- Um passagem fundamental duma governança publica à uma governança privada

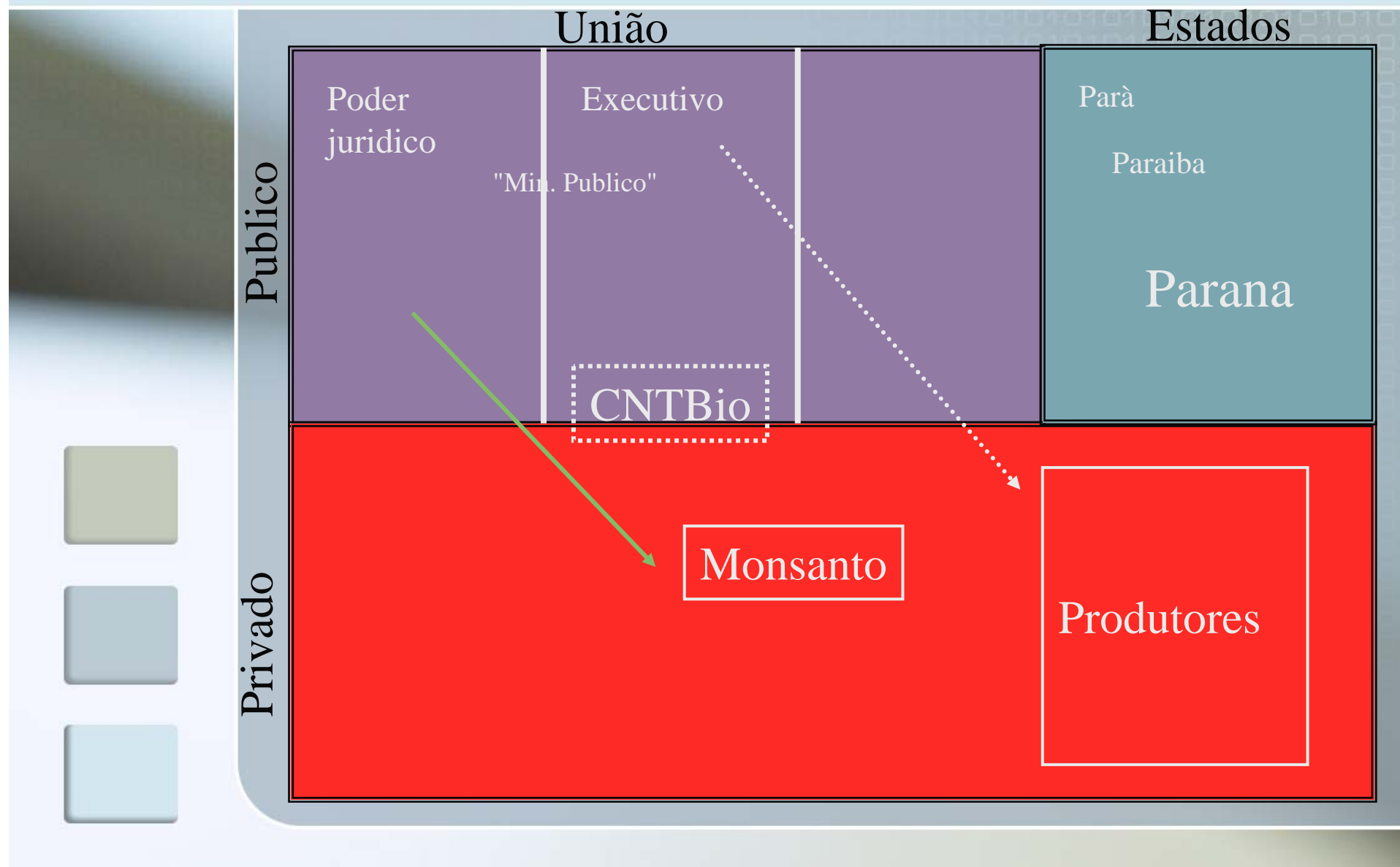
Estabelecimento do quadro de biossegurança: de 1981-1997



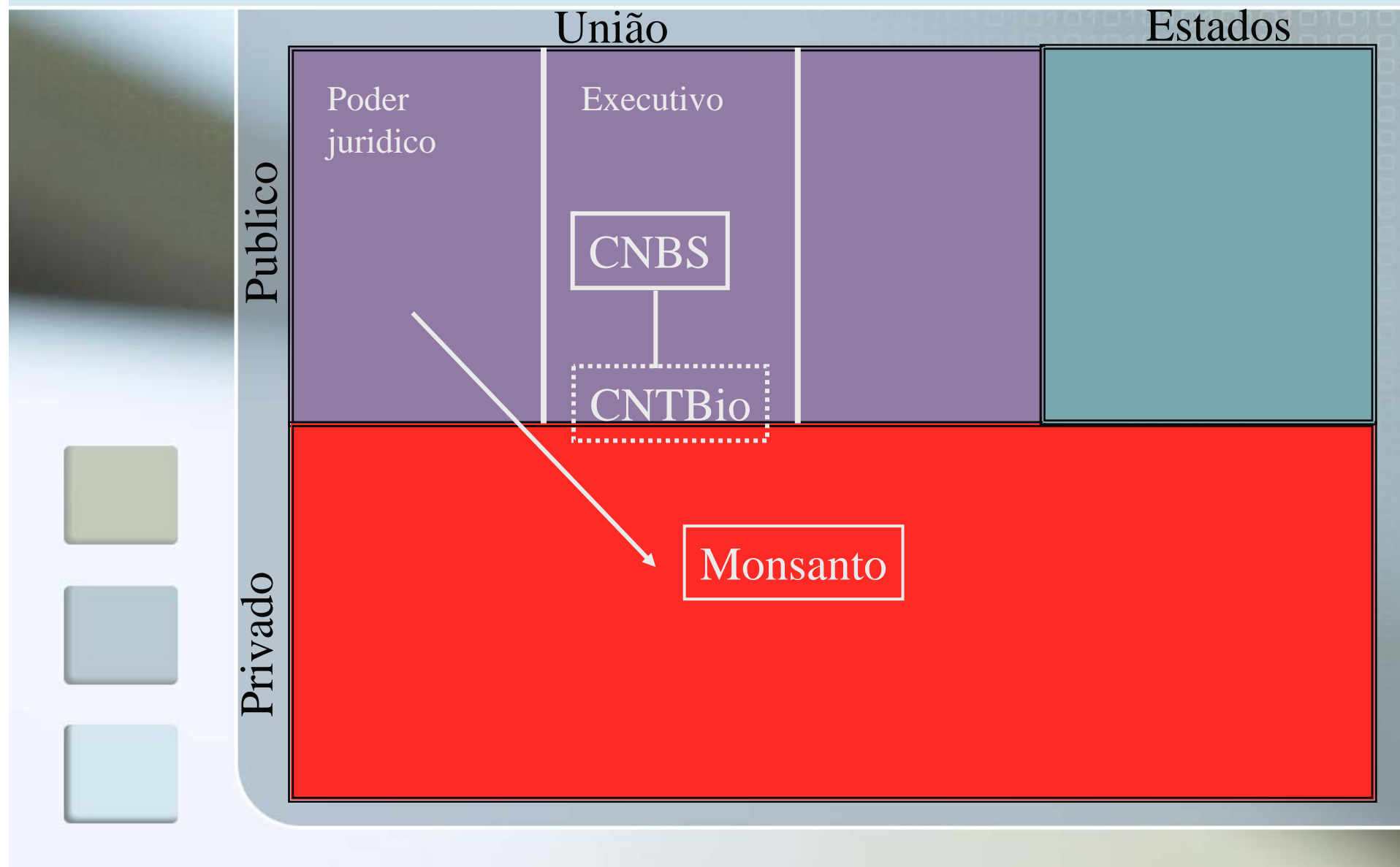
Mobilização do quadro de biossegurança: 1998



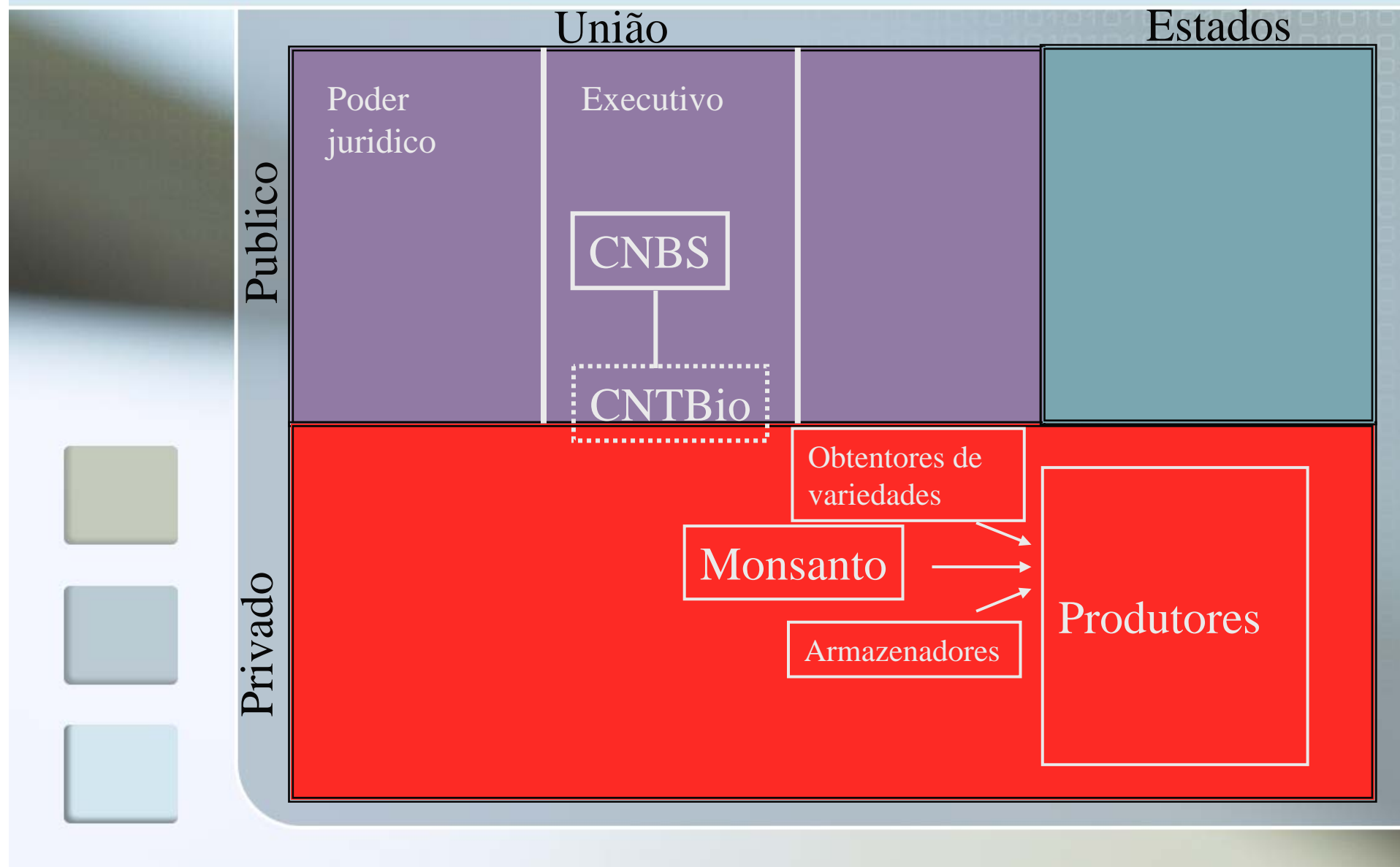
Mobilização do quadro de biossegurança: 1998-2005



Mobilização do quadro de biossegurança: 2005



Mobilização do quadro de biossegurança: depois 2005 até hoje



Percepção sintética da governança publica

■ Uma governança

- Para regras relacionadas à autorização da comercialização de OGM
- Sem atenção as modalidades técnicas e econômicas do uso

■ A mudança do quadro institucional que beneficiou do debate jurídico

- CNBS, entidade política, resultou do debate
- a decisão relacionada aos OGM não pode ser baseada somente sobre opinião técnica
- Indicação do aspecto de aprendizagem na área de governança

Características da governança privada

- Estabelecimento duma governança sob controle do sector privado
 - Desde 2005
- Através de uma aliança entre empresas
 - Com alguma intervenção do poder publico
- Para impor modalidades e condições do uso da soja GM
 - Sem nenhum interesse do sector publico
 - E geralmente mal conhecidas

Aparência dum ator importante na criação varietal

- MONSOY e firmas afiliadas
 - Resgate de firmas existentes para apropriar fundos genéticos
- Detenção dum bancos genéticos talvez mais importante do país
 - Fator de dominação proxima ?

Aliança entre firmas biotech e empresas de variedades

- Objetivo de chegar a diversificação da oferta varietal
 - e melhora adaptação as condições naturais de produção
- Aliança com a licença do gene RR
 - Fenômeno previsto e permitido pela lei de proteção de variedades
 - Mas com tentativa de impor condições restritas da parte de Monsanto
- Uma situação real de diversificação varietal

Expressão dum poder de dominância

- Na processo de multiplicação de sementes
 - Monsanto tem o poder de aprovar ou refutar os multiplicadores de sementes segundo os seus critérios
- Possibilidade de perda da liberdade na escolha do tipo de soja a produzir
 - A escolha pode vir do fornecedor do pacote de insumos

Fatos principais em outros países

- Em referência à governança do uso de OGM em geral
 - Em relação ao processo de governança observado em Brasil
- Em termos de
 - debate legislativo
 - Debate jurídico
 - Posições do poder executivo

Debate legislativo

- No Brasil : pouco
- Europa
 - Grande atraso na transcrição nacional da disposição da União
 - Adoção de normas de distancias de separação entre parcelas GM e não_GM
 - Fixação da tolerância do nível de presença de OGM
 - Com alguma divergência entre países
 - E confusão entre denominações : sem-GM; não - GM

Índia

- Influencia da sociedade civil sobre a finalização das leis,
- em particular "Protection of Plant varieties and Farmers' right Act"
 - Reconhecimento das sementes salvas
 - ...e possibilidade de transição sob algumas condições

Debate jurídico

■ Europa (França)

- Consecutivo à destruição de experimentação científica sobre OGM
- ou destruição de parcelas de produção de sementes ou comercial

■ Índia

- Consecutivo à observação de falta de eficiência de sementes GM
- Resultando as dramas de suicídios de produtores
 - (fenômeno de sobreendividamento acentuado ou mantido pelo uso de sementes GM)

Posições do poder executivo

■ Europa

- Cláusula de salvaguarda contra a comercialização da variedade MON 810

■ Índia

- Oposição do governo contra uma introdução rápida do Bollgard 2
- Pressão do governo (e sucesso) para obrigar a redução de 50% do preço das sementes GM
- Reintrodução das sementes de algodão no quadro da lei "Essential Commodity Act"

■ China

- Modificação do sistema de pagamento de royalties para o uso do gene Bt
- Subsídio para o uso de sementes de qualidade de Algodão-Bt

Conclusão (1/3)

- Pertinencia de considerar um sistema de governança
- O caso brasileiro permite de ver a evolução do sistema a través
 - o paisagem de actores e de instituições
 - A mudança das regras
- ...e de observar uma governança publica e privada
 - Mas que é menos combinada que sequencial
 - Um fase publico é substituido per um fase privado
 - E o fase actual, privado; é o que tem mais impacto sob as condições economicas do uso da sajà GM

Conclusão (2/3)

- Presença variável da sociedade civil entre pais
 - em termos de participação ao sistema de governança
 - E de duração no processo de governança
 - O caso brasileiro é um exemplo das ONG que se cansaram mais rapidamente que na Índia
- Falta interesse da sociedade civil para a governança pos-comercialização ?
 - Ou dificuldade de fazer aceitar a sua presença ?

Conclusão (3/3)

- O que falta de maneira geral nos sistemas de governança no mundo
 - Adaptação dos sistemas de supervisão e controle de produção e distribuição de sementes
 - Decisão sobre o estabelecimento de dispositivos para seguir os impactos do uso de OGM
 - Acordo sobre as modalidades de avaliação dos impactos do uso